

A versão de mundo de Nelson Goodman*Ernane Guimarães Neto (bolsista do CNPQ / USP)**Orientador: Luiz Henrique Lopes dos Santos*

A história da Filosofia conta nossas tentativas de organizar nosso conhecimento. Tentamos apreender o mundo com nossas investigações. Tentamos convencer nosso mundo com afirmações sobre tudo o que existe. As filosofias, bem como seus autores, são sempre acompanhadas de afecções, pois existir é existir numa contingência. Da mesma forma, conhecer depende de modos e estruturas contingentes. Como resultado, as explicações para a organização da natureza nunca são consideradas fiéis o suficiente à nossa expectativa de realidade. No que se refere à Linguagem, que é meio de apreensão e comunicação do mundo, muitos sistemas foram construídos e reformados e a indeterminação permaneceu: no diálogo entre correntes filosóficas, na errância lingüística, na pluralidade das versões do mundo vigentes.

Os mal-entendidos não são evitados por Nelson Goodman em seu livro *Ways of worldmaking*: eles são evidenciados como característica básica da comunicação, já que os fatos que conhecemos do mundo nos aparecem e são narrados por nós sem convenção fechada de conceitos. Daí tira a primeira tese do sexto capítulo, "The Fabrication of facts": os fatos não são "encontrados", mas criados. O esforço de um filósofo está em reconstruir a versão de mundo que lhe foi dada "pronta" (*ready made*), pois cada versão de mundo tem objetos, mas não necessariamente todos os mesmos¹

Nelson Goodman discute as maneiras como as filosofias ao longo da história tentam arranjar seus conceitos numa **unidade**² em que os objetos não sejam totalmente isolados e possam ser reduzidos a alguma identidade. Para isso, utilizam "ferramentas" como as descritas no início do livro³ Tomemos os pré-socráticos, por exemplo. Tales instaurou a **ordenação** que unia todos os elementos, a água, a partir da observação empírica das ocorrências de água. Essa ordenação de precedência hoje convencionamos chamar *arqué*, para simplificar. Anaximandro não se convenceu com a escolha arbitrária de um elemento entre vários. Imaginando "algo neutro" de que derivassem os outros elementos,

procedeu **suplementação**: a *arqué* deixou de ser concretamente determinada. Demócrito realizou **decomposição** com o conceito de átomo.

Assim, há cerca de dois mil e seiscentos anos, Anaximandro de Mileto teria dito que o mundo equilibrado, justo (*dikaios*) é indeterminado:

"As coisas têm sua origem e destruição regidas pelo necessário; dão justiça e pena umas às outras por sua injustiça; isto se dá segundo a ordem do tempo."⁴

Apesar dos indícios arqueológicos de que a passagem é recriação de mais de uma pessoa, o termo **indeterminado**, comum entre os comentadores, não aparece explícito. Na verdade, o fato de o trecho **não determinar** o que é o princípio e o fim é a melhor sugestão de reconhecimento do desacordo formal que permeia a criação de conceitos filosóficos. A sentença de Anaximandro, portanto, carrega a indeterminação em suas palavras, em sua construção.

Como pode ser típico da Filosofia esse reconhecimento da indeterminação da *arqué*? Por causa de uma característica inerente à existência: a história. O reconhecimento do tempo como ordenador do equilíbrio também remonta a Anaximandro ("segundo a ordem do tempo") e aos primórdios da Filosofia.

Os conhecimentos que registramos também estão sujeitos à errância: não se trata a evolução cultural humana de uma evolução histórica linear, mas, no mínimo, de uma construção e desconstrução constante.

Desse modo, além da **multiplicidade de opiniões**, existe **pluralidade de extensões semânticas** dos conceitos filosóficos e das palavras e símbolos em geral. Os monistas pretendem que as diferentes afirmações se refiram ao único mundo verdadeiro, culpando as palavras pelas contradições em que esbarramos por não expressarem bem as idéias estáveis. Já os nominalistas, apesar de cientes de que as palavras apenas agrupam seres por semelhanças parciais, freqüentemente vão além dessas semelhanças no uso dos nomes, equivocando diferentes extensões semânticas e abrindo espaço para a contradição.

Nossa época tem utilizado muito uma perspectiva relativista: o sistema declara-se aberto, se reconhece sujeito à deformação da história e denuncia seu próprio caráter efêmero. A vantagem dessa perspectiva, defende Goodman, está no cuidado lingüístico que reconhece ter com a **construção da versão de mundo**. Um problema imediato que decorre do relativismo é a necessidade de distinguir sistemas. Verdades conflitantes precisam ser acomodadas em diferentes versões de mundo. Ao emitir-se

uma afirmação particular sobre o mundo é preciso declarar qual a versão eleita entre tantas diferentes versões de mundo. Afinal, se o relativismo for radical e permitir tamanha abertura a ponto de admitir verdades contraditórias, também levará à inconsistência:

“Embora façamos mundos usando versões, nós não mais fazemos um mundo juntando símbolos ao acaso do que um carpinteiro faz uma cadeira juntando madeira ao acaso. Os múltiplos mundos que aprovo são apenas mundos atuais criados por versões verdadeiras ou corretas e em resposta a elas. Mundos possíveis ou impossíveis que correspondam a versões falsas não têm lugar em minha filosofia.”⁵

Podemos entender o relativismo como acolhedor do pluralismo. A descrença no monismo deve-se tanto à afirmação do valor de haver alternativas possíveis entre as filosofias quanto ao reconhecimento do enviesamento a que nos podem dirigir certas visões de mundo. No entanto, como consequência da falta de *arquê* unívoca, sistema filosófico único ou modelo fechado para a comunicação, é preciso que a estrutura interna, a **construção** de qualquer objeto comunicativo, tenha pretensão de auto-suficiência, apesar da falibilidade dos símbolos que utilizamos. Goodman sugere uma construção que associe relativismo a nominalismo.

Goodman considera o nominalismo uma forma séria de controlar o relativismo. Responde às objeções à possibilidade de conciliar um ao outro definindo sua vertente nominalista:

“Embora um sistema nominalista fale somente de indivíduos, banindo o assunto de classes, ele pode tomar qualquer coisa como um indivíduo; isto é, a proibição nominalística é contra a propagação irresponsável de entidades a partir de uma base qualquer de indivíduos escolhida.”⁶

Dessa forma, o nominalismo serve para tornar as relativas versões de mundo fechadas em seus respectivos léxicos e objetivos particulares, contornando o problema da indeterminação. Goodman desconsidera a possibilidade de uma versão de mundo abarcar o mundo todo, porque para construí-la seria necessário determinar (nomear) individualmente todas as entidades contidas pelo mundo.

Pode-se definir, portanto, uma versão de mundo como a **estrutura de relações que se constrói**. As relações, sejam elas valorações de verdade, distinções de ênfase, ordem etc., são declaradas pelas suas características nominais.

A combinação de Goodman permite o que ele posteriormente chamou, em seu livro *Of mind and other matters*, “vacilação judiciosa” (*judicious vacillation*; pág. 32): cada versão de mundo é monista, como por exemplo as excludentes versões de mundo de ondas ou de partículas. O físico pluralista, no entanto, pode trabalhar ora com um sistema ora com outro, de acordo com a conveniência, sem arruinar a validade de seu trabalho.

Outro exemplo de vacilação, que no caso careceu do controle nominalista, Goodman dá no quinto capítulo de *Ways of Worldmaking*, no qual descreve um dos experimentos psicológicos de Paul Kolars sobre “movimentação aparente”. Naquele experimento, um ponto permanecia aceso numa tela perante o olhar de um observador. Quando a luz se apagava, outra se acendia na tela a distância e intervalo de tempo adequados para que a maioria dos observadores tivesse a sensação de presenciar o movimento de somente um ponto na tela. Esse resultado foi considerado típico, mas não universal; afinal, foram muito numerosos os casos dos que não viam o movimento, apelidados “realistas ingênuos”. Mesmo que veja o movimento aparente, ao responder à pergunta “o que você viu?”, o observador pode vacilar entre a versão de mundo de seus olhos ou a mecânica do experimento. Não parece plausível, no entanto, que alguém fizesse uma asserção do tipo “havia dois pontos se movimentando em rotas independentes”, que seria considerada correspondente a uma versão falsa do mundo.

No sexto capítulo de seu livro, Goodman retoma o exemplo para explorar as conseqüências de seu nominalismo:

“Como podemos reelaborar aquela instrução, sem prejudicar a resposta, de modo a evitar tal ‘mal-entendido’? Pedir para ele [o observador] não usar sua experiência prévia e evitar conceitualização o deixará obviamente mudo, pois para falar ele precisa de palavras.

O melhor que podemos fazer é especificar que termos, o vocabulário a utilizar, dizendo para ele descrever o que vê em termos perceptivos ou fenomênicos ao invés de físicos. [...] Que os instrumentos a utilizar na modelagem dos fatos tenham que ser especificados torna sem sentido qualquer identificação do físico ao real e do perceptivo ao meramente aparente.”⁷

Assim, a característica restritiva do nominalismo está em fixar rigidamente os elementos individuais da versão. Isso implica que a estrutura de uma versão depende mais de sua coesão que da objetividade de

seus símbolos. Em outras palavras, para Goodman, a Linguagem não é muita coisa sem Metalinguagem. Resta o problema de que toda ou quase toda construção de mundo é feita com muitas coisas que não são fórmulas lógicas, portanto, não são passíveis de valor de verdade. A classificação depende de convenção. Conceitos são feitos metaforicamente; descrições podem ser sensoriais, não verbais etc. Entre muitas possíveis asserções coerentes sobre algo, cada versão de mundo assume uma como verdadeira, certa ou conveniente, de acordo com seus critérios de classificação e correção, os quais são entidades do sistema.

A indeterminação não pode, portanto, ser resolvida, mas apenas atenuada: é responsabilidade ética do emissor determinar seus pressupostos e critérios de classificação e correção para que o interlocutor possa ter uma menos vaga idéia da relação entre o significado de uma palavrinha na versão de mundo de um e o significado da mesma palavrinha no sistema de outro.

Podemos exemplificar as conseqüências desse pensamento na área do conhecimento que chamamos Estética, que Goodman não distingue das outras formas de fazer mundo senão por “sintomas”, como por exemplo a assunção proposital de polissemia. A Arte se diferencia da ciência menos pelo que se dá a conhecer que pelo modo de conhecer: a Ciência aponta seus conceitos para o mundo concreto, enquanto a Arte atrai exemplos concretos para seu sistema interno.

No quarto capítulo de *Ways of worldmaking*, Goodman apresenta um típico problema estético ao qual chama “o dilema purista”⁸:

Se o que importa para a obra funcionar como arte é extrínseco, ela é simbólica; se o que importa é intrínseco, a obra é "arte pura". A simbolização extrínseca é contraditória ao sentido intrínseco. Ou há obra pura ou obra simbólica.

A argumentação de Goodman "foge aos chifres" do dilema: não há artifício sem escolha simbólica, já que no mundo historial tudo é afetado por propriedades extrínsecas. Por isso, para que a arte continue sendo arte por um pouco mais de tempo que o momento de inspiração do autor, há a necessidade de escolher as características simbolizantes que sirvam para isso. Essa distinção entre Arte e Ciência, de fato, só é útil para a História. Por exemplo, a caracterização das personagens: se a personagem de uma obra é definida por seus discursos, é difícil determinar se lemos um texto filosófico ou artístico. Se a personagem é definida por suas características psicológicas e sociais, qualquer distanciamento cultural vai privilegiar a

leitura sociológica da obra, ou seja, o sistema pelo qual foi construída a obra, ao invés da leitura estética, que privilegiaria a construção de um sistema interno à obra. O sistema filosófico, a expressão artística, a convenção social, não devem ser interpretados como remetendo diretamente ao mundo concreto: a metalinguagem acaba sendo a linguagem mais segura.

Somente as sugestões internas, os símbolos escolhidos podem direcionar a interpretação, já que dos símbolos não podemos escapar. Às vezes, a mão-de-obra especializada, representada por artistas e filósofos, utiliza as ferramentas lingüísticas de seus mestres para resolver problemas diferentes dos do passado. Essa preferência pela simbolização extrínseca é opção por dar ao interlocutor a difícil tarefa de abarcar a história na mente, em detrimento de assumir a também difícil, mas para Goodman mais realizável, tarefa de criar para cada novo trabalho uma linguagem própria. Talvez ele tenha a história a seu favor: o saber de muitos gregos foi pesquisado e referido por Hesíodo e hoje se classifica mais pejorativamente como mitologia do que como Arte ou Ciência; o saber de muitos gregos foi pesquisado e reestruturado por Anaximandro e hoje é chamado Filosofia.

Bibliografia

GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978, 1992.

————— *Of mind and other matters*. Cambridge: Harvard U., 1984.

PUTNAM, Hilary. "Reflections on Goodman's *Ways of worldmaking*" In *The Journal of Philosophy*, v. 76/II. Novembro de 1979.

NOTAS

¹ "As meanings vanish in favor of certain relationships among terms, so facts vanish in favor of certain relationships among versions" *Ways of worldmaking*, pág. 93. Dá o exemplo do pôr-do-sol: as declarações de quais objetos do cenário se movem, e como (o sol se põe ou a terra gira etc.), evidenciam versões de mundo não coextensivas.

² *Ways of worldmaking*, cap. VI, pág 97.

